

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HIDRICOS – CEHIDRO.

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às 09h 20min no Auditório do Parque Massario Okamura, ocorreu a 46ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 45ª Reunião Ordinária; Informes; Apreciação da Minuta de Resolução nº 58, que institui a Câmara Técnica de Instrumentos Econômicos - CTIE; Apresentação do Mapa das Águas Superficial de Domínio da União, encaminhado pela ANA; Assuntos Gerais.. A reunião foi presidida pelo Sr. Nédio Carlos Pinheiro, Secretário Executivo do CEHIDRO, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Vera Lucia Dias Lopes, representantes da SES; Sr. Fernando Shirashi, representante da ABES; Sr. Bathilde Jorge Morais Abdala, representante da OAB; Sr. Luciana Luzia da Silva Calçada Barreto, representante da CAB; Sra. Alessandra Panizi, representante da FIEMT; Sr. Joilson da Silva Fonseca, representante da VITÓRIA RÉGIA; Sra. Valquíria Carvalho de Azevedo, representante da IMADEA; Sra. Shirley Moreira, representante da CIA MARANHENSE DE REFRIGERENTES; Sr. Auriley Tizot, representante da AESA. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e se apresentando como Secretário Executivo, ponderando que esta no cargo desde maio porém não pode comparecer na última reunião do CEHIDRO devido a uma coincidência de datas com a reunião do Fórum Nacional de Órgãos Gestores. Deu seguimento à pauta colocando em apreciação a Ata da 45ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 45ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo passou então a palavra à Secretária do CEHIDRO, para que a mesma colocasse os informes aos presentes. A Secretária do CEHIDRO iniciou os informes colocando no dia 16 de agosto ocorreu uma reunião do Pacto em defesa das Cabeceiras do Pantanal em Cáceres, tendo ficado marcada a próxima reunião para o dia 30 de outubro, também na cidade de Cáceres. Em seguida informou aos conselheiros que nos dias 16 e 17 de setembro a SEMA terá uma reunião com representantes da ANA em Cuiabá, para iniciar a discussão das metas a serem estabelecidas para o Progestão. O conselheiro Bathilde Abdala questionou se não seria interessante ter um representante do CEHIDRO nesta reunião uma vez que é responsabilidade do Conselho acompanhar o cumprimento das metas, ao

que foi respondido pelo Secretario Executivo que neste momento a reunião é destinada aos técnicos da SURH, ate para fazer um diagnostico da gestão hídrica no Estado, e que posteriormente estas metas serão trazidas à Plenária para serem referendadas. O conselheiro Fernando Shirashi questionou o que a ANA pode exigir como metas e se a mesma passará suas atribuições para o estado, ao que o Secretario Executivo colocou que ela pode passar estas atribuições através de acordo a ser celebrado. A Secretaria do CEHIDRO continuou os informes colocando que entre os dias 12 e 16 de agosto ocorreu em Ouro Preto – MG o 3º Encontro Formativo de Educação Ambiental e Gestão das Águas, da qual participou o conselheiro Décio Siebert e a Sr. Leonice Lotufo, gerente de Apoio e Fomento à Comitês de Bacia Hidrográfica na SEMA, sendo um dos temas discutidos a necessidade de se trabalhar a educação ambiental dentro dos comitês de bacia, sendo a sugestão no encontro que dentro de cada comitê se criasse uma câmara técnica de educação ambiental, o que esta sendo trabalhado pela Sra. Leonice Lotufo. Complementou que esta sugestão e também outros temas devem ser tratados na CTGPar, sendo necessária a convocação de uma nova reunião, o que será feito via email em breve. Salientou que também existe a necessidade de agendar uma reunião da CTAS, para a discussão de diversos temas, ao que o Secretario Executivo colocou que um dos principais tópicos a serem abordados na CTAS é a regulamentação da utilização de água subterrânea para irrigação no aquífero dos Parecis, que é uma demanda que tem surgido na SEMA. A Secretaria do CEHIDRO informou em seguida que no fim de 2013 deve ser realizado um novo processo eleitoral no CEHIDRO para escolher os representantes não governamentais e usuários da água que integrarão este Conselho, ponderando que já foi enviado o oficio para o Ministério Publico e para a Procuradoria Geral do Estado para a indicação de membros que irão compor a comissão julgadora juntamente com o Secretario Executivo e que o edital deve ser publicado ate o inicio de outubro, para que possamos terminar o processo eleitoral ate o final de novembro, que é o prazo estabelecido no regimento interno. Colocou aos conselheiros que as inscrições para o XV ENCOB já encontram-se abertas no site do ENCOB, ponderando que o mesmo ocorrerá de 14 a 18 de outubro de 2013 e que é muito interessante a participação de todos que puderem comparecer, uma vez que é o maior encontro tratando de gestão das águas que ocorre no Brasil. A Secretaria do CEHIDRO informou aos conselheiros que em relação a Moção nº 13, que foi encaminhada ao CONSEMA solicitando a revogação da Resolução nº 55/12, que trata do lançamento de efluentes tratados em galerias de aguas pluviais, como informado em reunião anterior, foi criada no âmbito do

69 CONSEMA uma comissão especial de análise da Resolução nº 55/12, integrado por três
70 representantes do CONSEMA e três representantes do CEHIDRO, sendo estes últimos
71 tirados dos integrantes da CTIntegração, e a SEMA representada pela SURH. Destacou
72 que foram realizadas cinco reuniões, com participação de convidados que ajudaram a
73 esclarecer o tema, entre eles a CAB Cuiabá e a Prefeitura de Cuiabá, e na ultima reunião
74 foi feita uma votação se a resolução deveria ser mantida inalterada, se deveria sofrer
75 alteração ou revogada integralmente, sendo que a revogação integral da resolução foi a
76 opção mais votada pela comissão e assim foram encerrados o trabalho da comissão e
77 encaminhadas as atas ao CONSEMA, para deliberação em Plenária. Destacou ainda que
78 durante a ultima reunião da Plenaria do CONSEMA, o CREA, que integrava a Comissão,
79 defendeu a manutenção da Resolução e ao final da discussão se solicitou que a
80 Comissão apresentasse um posicionamento mais claro sobre a necessidade ou não de
81 se fazer uma resolução substitutiva, porem a comissão já deliberou que não se deve
82 regulamentar o lançamento de efluentes tratados em galerias pluviais, devendo-se
83 revogar a resolução somente. A conselheira Vera Lopes colocou que o CREA queria que
84 a Comissão fizesse uma nova proposição de resolução, a Secretaria do CEHIDRO
85 colocou que a principio a Secretaria Executiva do CONSEMA informou que era para
86 encaminhar um documento esclarecendo o posicionamento da Comissão, ponderando eu
87 ira entrar em contato com o mesmo para esclarecer o que a comissão deve apresentar. A
88 Secretaria do CEHIDRO informou aos conselheiros que o próximo item dos informes é a
89 apresentação de um vídeo sobre a extração de xisto, ao que o Secretario Executivo
90 colocou que a intenção de mostrar este vídeo é apresentar aos conselheiros informações
91 sobre como é realizada esta extração, destacando que se utiliza muita agua no processo
92 e que este tema será discutido na Câmara Técnica de Aguas Subterrâneas do CNRH nos
93 dias 22 e 23 de outubro, já que é um processo novo e afeta diretamente este recurso,
94 pois a agua utilizada juntamente com areia e outras substancias químicas para fraturar o
95 xisto e possibilitar a extração do gás não convencional retorna parcialmente à superfície e
96 pode poluir o lençol freático. A conselheira Alessandra Panizi solicitou que a
97 apresentação do vídeo ficasse para o final da reunião, o que foi aprovado pelos
98 conselheiros presentes. Dando continuidade à pauta, a Secretaria do CEHIDR colocou
99 em apreciação a Minuta de Resolução nº 58, ponderando que existe no CEHIDRO uma
100 Câmara Técnica de Pagamento por Serviços Ambientais que não se encontra em
101 funcionamento, não tendo tido nenhuma reunião realizada. Como os Comitês de Bacia
102 tem questionado a Secretaria Executiva sobre a regulamentação da cobrança pelo uso

da água, surgiu a ideia de se ampliar o objetivo da CTPSA, que passaria a abranger todos os instrumentos econômicos e a se chamar Câmara Técnica de Instrumentos Econômicos - CTIE, porem com um maior foco para a regulamentação da cobrança e do pagamento por serviços ambientais no Estado. Ponderou ainda que a conselheira Alessandra Panizi encaminhou por email algumas alterações na Minuta enviada, sendo elas a exclusão do Inciso IV do Artigo 2º, uma vez que examinar recursos administrativos não seria o foco da CTIE, e alterasse a redação do Inciso IX do mesmo artigo para “VIII- Estudar e elaborar propostas de regulamentação de instrumentos econômicos voltados à gestão de recursos hídricos, visando em especial a implementação da cobrança pelo uso da água no estado e o pagamento por serviços ambientais, a serem aprovados pelo Pleno”, as quais foram aprovadas. O conselheiro Bathilde Abdala colocou que não entendeu o objetivo da mudança, sendo respondido pela Secretaria do CEHIDRO que como CTIE a Câmara Técnica vai poder abordar todos os instrumentos econômicos que possam ser aplicados na gestão de recursos hídricos, especialmente discutindo a regulamentação da cobrança pelo uso da água, que é uma demanda dos comitês de bacia, porem sem deixar de atender também ao pagamento por serviços ambientais, que também possui um viés econômico e que já encontra-se implementado na bacia do Sepotuba. O Secretário Executivo colocou em votação a Resolução nº 58, que trata da Criação da Câmara Técnica de Instrumentos Econômicos, já com as alterações propostas pela conselheira Alessandra Panizi e a mesma foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, a Secretaria do CEHIDRO apresentou aos conselheiros o Mapa das Águas Superficiais de Domínio da União elaborado pela ANA e encaminhado aos Estados. Ponderou que a intenção da ANA foi colocar aos Estados os rios dentro de suas áreas que consideram rios de domínio da união e onde são responsáveis pela outorga e demais instrumentos. O conselheiro Bathilde Abdala colocou que tem que ser verificado se os rios que a ANA considera de domínio da união realmente o são, ponderando que o rio Coluene era considerado integralmente de domínio da união e uma decisão judicial determinou que na realidade o mesmo é estadual. A conselheira Alessandra Panizi destacou que em algumas terras indígenas foi considerado como de domínio da união somente os trechos que se situam dentro da terra indígena foram considerados de domínio da união, enquanto em outros locais se considerou o rio inteiro como de domínio da união, ponderando que deve se verificar porque desta diferença. Colocou ainda que se preocupa em relação aos critérios de outorga que serão adotados nos rios em que trechos são de domínio da união e trechos de domínio do estado, pois os critérios são

diferentes, tendo também a preocupação se a SEMA vai ter conhecimento das outorgas emitidas pela ANA naquele corpo d'água e vice versa, uma vez que é preciso se ter conhecimento de toda a bacia e das outorgas naquele corpo d'água para ter um balanço hídrico confiável. O conselheiro Bathilde Abdala colocou que existe também uma discussão antiga sobre o rio Cuiabá ser de domínio estadual, uma vez que após o seu encontro com o rio Piquiri o mesmo muda de nome, devendo ser levada esta discussão para a ANA, destacando ainda que no mapa o rio Cuiabá após o encontro com o rio São Lourenço aparece como tendo se transformado em São Lourenço, sendo necessário discutir com a ANA qual destes seria de domínio da União. O Sr. Augusto, representante do IBAMA nesta reunião, ponderou que o mapa é uma representação geográfica somente, e questionou se a ANA não encaminhou alguma Resolução ou outro documento que defina os critérios que aplicou no mapa, ao que a Secretaria do CEHIDRO colocou que somente no dia anterior teve acesso à íntegra dos documentos encaminhados pela ANA e que neles constavam duas Resoluções, porém não teve disponibilidade de lê-las antes da reunião, porém se comprometendo a encaminhar toda a documentação enviada pela ANA aos conselheiros, inclusive os shapes referentes ao mapa. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que a ANA estará em Cuiabá nos dias 16 e 17 de setembro e questionou se não seria possível encaixar uma reunião de representantes do CEHIDRO com os representantes da ANA para tratar deste mapa, ao que o Secretário Executivo respondeu que esta reunião pode ser feita no dia 17 às 13:30 no Massaro Okamura, antes da reunião dos representantes com os técnicos da SURH, e questionou quais conselheiros teriam interesse em participar, ao que a FIEMT e a CAB Cuiabá se voluntariaram, ficando agendada a reunião para o dia 17 de setembro às 13:30. O conselheiro Fernando Shirashi se comprometeu a encaminhar à Secretaria Executiva documentos referentes à discussão referente ao rio São Lourenço e rio Cuiabá para fundamentar os representantes do CEHIDRO nesta discussão. Tendo-se encerrados os temas da pauta, o Secretário Executivo abriu a palavra aos conselheiros. A conselheira Alessandra Panizi colocou que na Câmara Técnica Planos Estaduais de Recursos Hídricos no CNRH está sendo discutido a criação do plano estratégico do Paraguai, ponderando que é necessário que o CEHIDRO comece a acompanhar este plano, pois é uma situação estratégica devido às características da bacia do Paraguai e por termos grande parte do estado integrando a mesma. O conselheiro Joilson Fonseca colocou que entre os dias 16 e 19 de outubro ocorrerá um encontro entre geólogos voltados à comunidade técnica em Peixoto de Azevedo, ponderando que o mesmo

171 encontra-se aberto a participação dos interessados e que será encaminhado o convite à
172 Secretaria Executiva do CEHIDRO para encaminhamento aos conselheiros. A
173 conselheira Alessandra colocou que se preocupa com o Edital de Convocação para a
174 eleição do CEHIDRO, porque não existe a segurança de todos os setores serem
175 representados sem excluir nenhum aleatoriamente, ao que a conselheira Valquiria de
176 Azevedo ponderou que é necessária maior clareza no edital para a habilitação das
177 entidades não ser discricionária. A Secretaria do CEHIDRO ponderou que já ocorreu uma
178 evolução e atualmente existe um processo eleitoral real, onde as entidades habilitadas
179 votam entre si e os mais votados são eleitos, se comprometendo a pesquisar como o
180 edital é elaborado pelos Conselhos de outros estados buscando aprimorar o edital dentro
181 das características estaduais, e encaminhará o resultado deste levantamento para os
182 conselheiros, porem o edital somente será possível se disponibilizar após a sua
183 publicação. O Secretario Executivo e a Secretaria do CEHIDRO tentaram passar o vídeo
184 sobre a extração de xisto, porem devido a problemas técnicos não foi possível e ficou
185 acordado que os endereços dos mesmos seriam enviados por email para que os
186 conselheiros pudessem assistir posteriormente. A conselheira Valquiria de Azevedo
187 sugeriu que a Secretaria Executiva verificasse a possibilidade de algum especialista vir
188 esclarecer o conselho sobre esta extração, ao que o Secretario Executivo colocou que no
189 dia 23 de outubro ira participar da reunião e se comprometeu a trazer as apresentações e
190 tentar agendar com um especialista para fazer palestras no Estado sobre o tema. Nada
191 mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a
192 reunião às 11h 25min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será
193 assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos
194 Hídricos – CEHIDRO.

195
196
197
198 JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO
199 Presidente do CEHIDRO

200
201
202
NÉDIO CARLOS PINHEIRO
Secretário Executivo do CEHIDRO

* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 22.11.2013.

** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.